



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

Votação única em 09/06/26 "Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Aprovado por 8 x 0 (leio voto x zero)
com retificação

Rejeitado por X ATA 0022/2026

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 05/06/2026


Presidente

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, as 19:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Icém, reuniu-se a edilidade, não constatando-se na oportunidade, nenhuma ausência, exceto da denunciada e de sua defesa técnica. Aberta a sessão, o Presidente informou que a mesma tinha por finalidade o Julgamento de denúncias relacionadas ao Processo Administrativo nº 03/2026 sob a responsabilidade da Comissão Processante formada pelos Vereadores Renata Borges de Oliveira- Presidente, Edgar Júnior da Silva Rosa- Membro relator e Luzia Martins Malheiro- Membro. Isto posto, o Presidente disse assim: "informo que recebi um requerimento questionando a convocação de suplente para a votação. De conformidade com o parecer jurídico, eu indeferi mas, como o plenário é soberano, eu o coloco para sua apreciação. Vocês têm a cópia e o mesmo será lido agora". Ato contínuo, ele mesmo fez a leitura do requerimento e de outro documento que referia-se a questão de ordem. Em seguida ele fez a leitura do parecer jurídico relativo a esses dois documentos de autoria do Vereador Matias Canevaroli Salício. Após a leitura do Parecer Jurídico, o Sr. presidente colocou o requerimento e o documento de questão de ordem em votação por uma única vez, sendo rejeitado por 6X2. Votos contrários dos vereadores: Danilo Félix de Miranda, Edgar Júnior da Silva Rosa, Geraldo Sant'Anna Neto, Luzia Martins Malheiro, Pedro Lucas C. Montalvão e Rogério Pereira. Votos favoráveis ao requerimento e documento de questão de ordem dos Vereadores: Renata Borges de Oliveira e Ulisses Iochio Aves Kawaguchi. Ato contínuo evocando questão de ordem, usou a palavra o Vereador Edgar assim dizendo: "Senhor Presidente, pela ordem. Como questão de ordem, requeiro, por gentileza, que conste na ata que estou arguindo o impedimento do vereador, senhor Matias Salício, que não poderá participar da presente sessão extraordinária por estar formalmente impedido para o julgamento, em decorrência do seu grau de parentesco com a Prefeita denunciada, seu sobrinho, nos termos do artigo 133, inciso 2, e artigo 192, parágrafo 2º, ambos do Regimento Interno, para evitar qualquer comprometimento da imparcialidade e da moralidade administrativa, conforme também já foi informado na sua sessão de posse. Na sequência, o Presidente solicitou a 1ª Secretária, Vereadora Renata Borges de Oliveira, a leitura do Processo Administrativo nº 03/2026. Recusando-se a ler, ela pediu que o Presidente convocasse a Secretária da Casa para fazer a referida leitura. Na réplica disse o Sr. Presidente: "Aceito. Dona Luíza e o Doutor Vinicius, como são várias páginas, eu gostaria que vocês mantivessem o silêncio para eles não se perderem na leitura. Vai ser lido pela secretária da Casa e pelo jurídico da Casa. A leitura foi feita alternadamente entre a Oficial Legislativo, Srª Luzia, o Advogado Dr. Vinicius, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Paulo e o Vereador Pedro Lucas Conserva Montalvão. Após a leitura do Processo Administrativo nº 03/2026, o Sr Presidente assim se manifestou: "Concedo o prazo de até duas horas para que o representante da denunciada



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

apresente sua defesa oral”. Verificou-se neste momento que a denunciada não compareceu e nem enviou representantes para sua defesa oral. Ato contínuo, o membro-relator, Edgar Júnior da Silva Rosa leu o seu relatório final conclusivo e em seguida leu também o voto expressamente manifestado pelo membro da Comissão, vereadora Luzia Martins Malheiro. Ato contínuo foi a vez da Presidente da Comissão Processante, Vereadora Renata Borges de Oliveira ler o seu relatório conclusivo elaborado em apartado. Após essa leitura, o Sr. Presidente deixou a palavra livre ao Vereador que dela quisesse fazer uso. Usou a palavra o Vereador Danilo assim se manifestando: “Senhor presidente, público presente, a todos que estão nos acompanhando pelas redes sociais, quero cumprimentar aqui a imprensa presente em nome do Edinho, parabenizar os nossos servidores da nossa Casa de Leis, que trabalharam incansavelmente perante essa Comissão Processante. Vereador Edgar, Vereadora Luzia, eu quero estender aqui a vocês meus cumprimentos, parabéns pelo excelente relatório final que vocês trouxeram para nós, e eu fico com o relatório de vocês, eu vou votar de acordo com o relatório de vocês, pois para mim, há indícios, sim, de irregularidades. Aproveitando a oportunidade, eu quero mencionar um fato, quero trazer lá atrás, hoje eu recebi uma ligação, uma pessoa falou para mim assim: Danilo, uma vez eu fui vender doces na Prefeitura e ali eu não pude entrar para vender meus doces. Então são pessoas que realmente precisam de trabalhar, que sempre trabalharam. E a Prefeita teve inúmeras atitudes desagradáveis tratando a nossa população, com falta de respeito. E aqui também eu, junto ao Vereador Pedro, já colocamos algumas denúncias aqui, ao órgão ministerial, ao Ministério Público, e já tem denúncias lá que seguem de acordo com essa denúncia. E eu fico hoje com o relatório de vocês. Quero dizer que cargos são temporários, títulos, eles são provisórios. Mas a maneira como você trata uma pessoa, ela jamais será esquecida. E é assim que nós temos que executar. Eu entrei aqui sabendo que eu vou sair. Eu não tenho, assim, aquela sede de continuar aqui. Mas tem pessoas que, quando ocupam cargos, esquecem e tratam as outras com arrogância. Então, perante tudo que foi apresentado, vejo que há indícios e eu fico com o relatório de vocês”, concluiu o Vereador. Usou a palavra o Vereador Geraldo Sant’Anna Neto, assim se manifestando: “Boa noite a todos. Eu concordo com o Vereador Danilo, também fico com o relatório do Edgar e da Luzia. Porque realmente há indícios de falhas, de erros, e nós não podemos fechar os olhos para isso. E é isso. Gostaria de dizer quando eu fui a última vez lá na sala da Prefeita, eu falei para ela: Cidinha, eu estou de saída. Eu gostaria que você seguisse a sua vida e eu sigo a minha. Que Deus te abençoe. Segue o seu caminho. E se ela for cassada, não sei qual será o resultado hoje aqui, eu falo mais uma vez para ela: que Deus abençoe o seu caminho, abençoe a família dela. Caso ela não seja cassada, que ela possa mudar o seu jeito, principalmente no trato com os funcionários. Eu fui funcionário ali. Então, eu vi muitas coisas, eu sei como funciona. Quero dar os parabéns também à Comissão, aos três, não é, não é só o Edgar e a Luzia não, a Renata também fez um bom trabalho de defesa também. Então, fica aí para os três, parabéns a vocês, acompanhei esse processo. E espero que realmente nossa cidade possa progredir, andar para frente. E é isso, Sr. Presidente. Obrigado”. Concluiu seus comentários. Usou a palavra o Vereador a Renata, assim dizendo: “Boa noite a todos, Sr. Presidente, Vereadores, população que nos assiste, público presente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Hoje eu estou aqui com o coração bem tranquilo, mas profundamente preocupada com o caminho que esse processo tomou. Quando fui sorteada para assumir a presidência dessa comissão processante, não assumi compromisso com acusação e muito menos compromisso com defesa. Assumi compromisso com justiça, com a verdade dos fatos e com respeito ao devido processo legal. Após acompanhar os trabalhos, analisar os atos praticados e presidir essa comissão, cheguei à conclusão diferente daquele apresentado pelos relatores e pela membra vereadora. É meu dever explicar aos vereadores e à população as razões dessa divergência. Hoje não estou julgando apenas uma pessoa, estou julgando a vontade popular que foi expressa nas urnas. Por isso, antes de qualquer votação, precisamos ter absolutamente certeza de que o processo ocorreu dentro da legalidade e que todas as etapas necessárias foram respeitadas. Porque amanhã, caso venha a ser questionado judicialmente, cada um de nós responderemos pelas decisões tomadas nessa Casa. Desde o início dos trabalhos, manifestei preocupações com alguns procedimentos adotados pela comissão. Em diversas oportunidades, deixei claro que não concordava com determinados encaminhamentos e que entendia existir risco de vícios processuais. Uma das minhas maiores preocupações era justamente garantir o funcionamento regular da comissão. Até que no começo andamos juntos, caminhamos juntos. Em vários momentos tomei conhecimento de decisões que já haviam sido tomadas sem a minha participação e sem a minha assinatura, mesmo ocupando o cargo de presidente. Compreendo perfeitamente que uma comissão é um órgão colegiado e que pode haver voto vencido. O que eu não consigo compreender é como o presidente pode ser comunicado de atos já concluídos e sem querer participar de discussões que se levam àquelas decisões. Durante a instrução do processo, houve fato que me marcou profundamente. Entendo que a busca da verdade deveria ser o principal objetivo do nosso trabalho. Solicitei que o denunciante fosse ouvido por essa comissão. Se vocês quiserem acompanhar, é o ato 1, está aqui. A minha solicitação está aqui. E a solicitação também da prefeita está aqui, que ambas as duas foram indeferidas pelo relator e pela membra vereadora Luzia. Afinal, Se foi ele quem apresentou a denúncia, nada mais natural do que permitir que esclarecesse pessoalmente os fatos que motivaram a sua representação. Entretanto, como já falei, o pedido foi negado por ambos. Lembrando-se também que, na oitiva, eu, como presidente, e o vereador relator, deferiu ao pedido do advogado. que fosse ouvido o denunciante. Agora, porque entendo que prova é capaz de contribuir para qualquer esclarecimento dos fatos que deveriam ser produzidos. Agora eu faço uma pergunta para vocês, vereadores: Desde quando ouvir o denunciante em uma comissão seria desnecessário? Se realmente ele não poderia esclarecer os fatos aqui, desde quando buscar mais esclarecimento prejudicaria o processo da comissão? No meu entendimento, mais informações significativas, mais transparências, mais segurança jurídica e mais legitimidade para qualquer decisão. O que uma comissão tem a perder quando busca informações? No meu ponto de vista, nós não temos nada a perder. Pelo contrário, quanto mais esclarecimentos foram produzidos, maior seria a transparência e a legitimidade do resultado final. Senhores, uma das minhas maiores preocupações foi a comissão, como a comissão passou-se a funcionar. Em diversos momentos, tomei conhecimento de decisões que já haviam sido tomadas sem a minha participação e sem a minha assinatura, como havia falado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Até entendo perfeitamente que uma comissão é um órgão colegiado e que pode haver votos vencidos, o que eu não consigo compreender é o presidente ser comunicado somente na hora em que está tudo pronto. E outro fato que me preocupou bastante foi quando eu recebi um áudio do vereador relator, que já estava pronto, está aqui. No dia 25 de maio, se vocês querem acompanhar, é o ato 2, que eu imprimi para todos vocês, que, no dia 25 de maio, recebi uma mensagem de áudio encaminhada do relator, informando que havia elaborado um documento referente aos trabalhos de andamento. Sem resposta, informei que estava participando no curso na cidade de Ribeirão Preto, que compareceria na Câmara no dia seguinte, dia 26, para analisar, no caso, assinar o referido documento. Só que, ao chegar aqui na Câmara, pode ver que eu até vim protocolar esta aqui para vocês verem também no ato, às 10h23, mas eu cheguei aqui às 10h12, juntamente com o Doutor Vinícius, fui procurar para me informar do que seria esse documento. O documento não estava aqui, não estava na Câmara para eu assinar. Fiquei aguardando até 12h48m, o documento não chegou aqui para me assinar e eu não sabia do que se tratava. Depois que eu protocolei um ato falando que os documentos não estavam aqui, eu recebi umas fotos, está no ato 4 de vocês do vereador Edgar, a vereadora Luzia, as 13h56m já estavam sem a minha assinatura. Eu estava aqui até meio-dia e quarenta e oito. E um e cinquenta e seis já estavam atrás da prefeita para assinar os atos sem a minha assinatura. Às duas e quatro e às duas e onze. E eu aguardando aqui até meio-dia e quarenta e seis, igual fantoche. Então, isso me preocupou bastante. E outro ato que me preocupou bastante também foi que, ao chegar aqui, eu recebi uma mensagem do Edgar, falando que já estava pronto o relatório, que eu deveria dar o meu relatório, eu tenho aqui, depois eu vou provar isso em juízo, tanto o áudio dele como a mensagem que ele me enviou, que eu deveria colocar o meu relatório até às 16 horas, Porque, como assim? Se nós temos o prazo até o dia 16, como assim você está finalizando uma comissão sem nada? Sem a assinatura? Fiquei sem entender. E vim aqui até a Câmara procurar saber o que estava acontecendo. Quando eu cheguei aqui, eu me deparei com as portas trancadas diante da sala do doutor Vinícius, a procuradora Tatiana, juntamente com o doutor Vinícius, juntamente com o relator Edgar, E eu fiz uma pergunta a ela. A senhora está aqui auxiliando? Eu questionei porque ela estava com a pasta da comissão diante dela. Na frente dela, ela estava olhando a pasta da comissão. Eu só fiz esse questionamento para ela. A senhora está auxiliando o relatório? A resposta dela foi sim. A pedido do relator, eu estou corrigindo o relatório dele. Tudo bem. Mas, assim, muito me indigna, porque ela é jurídica da prefeitura, nós estamos em uma comissão processante, ela deveria estar defendendo a prefeita, e está aqui corrigindo um relator? Mas, tudo bem. E também, ao mesmo ato, na hora que eu estava, pedi para imprimir uns documentos, Eu acho que veio por engano. Já estava com ela, ela que me deu com a mão dela, um despacho da presidência da Câmara Municipal do Jorginho, veio para mim. Já estava pronto. Esse despacho já estava pronto, sem nem meu relatório. Isso aí era por volta das 11 horas. Eu tinha que entregar o relatório às 16 horas. Só que o despacho já estava pronto para fazer a reunião e para convocar o Geraldo Neto. Aqui. O relatório estava aqui, do Sr. Jorge Paulo de Oliveira, e veio nas minhas documentações junto comigo, porque eu pedi as documentações para ela. E esse relatório, esse despacho já estava pronto às 11h da manhã. Então eu assustei bastante, assustei



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

bastante, porque é uma coisa que já está tudo preparada, então, sem saber de nada o que está acontecendo. E não parou por aí. Justamente no momento que surgiu essa dúvida, Eu comecei a ligar a antena. Se eu tinha no prazo até dia 16, não estou entendendo, por que essa correria? Por que essa correria? Por que está acontecendo isso? Nós temos um prazo até o dia 16 de junho, para fechar o processo. Eu tinha que entregar um relatório rápido, até às 16 horas. Vocês podem olhar aqui nos autos também, Eu pedi aqui na Câmara os documentos. Eu recebi o documento às 15h32m, no próprio dia em que eu teria que entregar o documento, às 16h00. Eu recebi o restante do documento para me analisar uma cassação às 15h32m. Então, desculpa, às 15h03. Às 15h32m, antes de eu entregar o meu relatório, eu recebi a convocação do processo administrativo. Já estava marcada a reunião e eu nem relatório tinha entregue, muito menos o restante da documentação. Então, muito me admira a forma que foi conduzida isso. Às pressas. Eu vejo que isso foi uma comissão trabalhando às pressas. Agora, e outra coisa. Porque nós estamos em um período de feriado, Corpus Christi, os trabalhadores do Poder Judiciário estão todos suspensos, e o que mais me chamou a atenção é o fato de que a própria Câmara também estava de recesso, o expediente nesse dia. Mas, ainda assim, houve a decisão de abrir a Câmara no dia de hoje. Indignei. Mas tudo bem, vamos seguir o regimento. Mas não entendi o porquê da urgência. Qual seria a necessidade de acelerar um tão importante julgamento em que o tribunal também estava fechado, sequer possuía expediente normal lá no fórum, não entendi foi nada. Mas depois eu acabei entendendo que isso aconteceu. Fiquei sabendo que ele soube que já tem um mandato de segurança contra essa comissão. Então, eles estão acelerando o processo justamente por isso. Porque essa semana chega um mandato de segurança para essa comissão diante de vários fatos de irregularidade. Então, por esses motivos, A minha conclusão foi diferente do relator e da membra. Não porque tenho compromisso com qualquer partes, mas porque entendo que a legitimidade de qualquer decisão depende de respeito devido ao processo legal. E para encerrar, eu quero fazer uma reflexão. Dizem que não devemos usar a palavra politicagem. Eu só uso essa palavra politicagem. Então eu pergunto, como vocês querem que eu defina o que nós estamos vendo aqui hoje? Qual palavra que seria? Circo? Não sei. Porque, para quem olha de fora, fica difícil entender. O povo escolheu seus representantes foi na urna, esperando independente coragem e compromisso com a verdade. Mas, muitas vezes, o que parece prevalecer não é a vontade da população, e sim interesses que caminham bem longe dela. O que mais me entristece é ver a política que deveria ser instrumento de transformação, ser reduzida a disputa, conveniências, jogos de poder. E sabe quem paga a conta? É vocês, população. Quem paga a conta é vocês, população. Esse circo aqui, quem está pagando a conta é vocês. Tem a sensação de que não estamos discutindo apenas fatos e procedimentos, e estamos assistindo a uma disputa por influência, por espaço e por controle. E isso é muito triste para quem acreditou que poderia fazer uma política de forma bem diferente. Já se passaram por essa cidade diversos administradores, diversos prefeitos, com denúncias situáveis, bem difíceis, mas bem difíceis. E eu pergunto, por quê? Algumas batalhas ganham tanta força, enquanto outras parecem praticamente passam despercebidas. Mas a resposta que eu encontro para tudo isso é só uma coisa. Chama-se interesse. Interesse pessoal. Porque quem hoje se apresenta como defensor



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

da moralidade pública teve inúmeras oportunidades no passado para agir da mesma forma e não agiu. Quantas denúncias foram feitas? Quantas denúncias foram abertas para cassação? E ainda assim, muitas situações ficaram apenas em discursos e videozinhos de TikTok. Por isso, é inevitável que a população se pergunte, o que mudou agora? O que está mudando agora? A palavra interesse. Será que a motivação é realmente busca pela justiça ou porque existem outros interesses por trás de toda mobilização? Eu gostaria de ver a mesma disposição, a mesma coragem, a mesma energia sendo colocada à prova diretamente perante o povo. Nas urnas, que é onde a verdadeira força política se revela. No final, o que mais me entristece é perceber que muitos parecem mais preocupados com projetos de poder do que com problemas reais da população. E continuo acreditando que cargo não é propriedade de ninguém, que mandato não pertence a grupos e que poder não pode ser tratado com herança. Quem decide os rumos dessa cidade é o povo. É o povo. Sempre foi e sempre será”. Usou a palavra o Vereador Edgar assim se manifestando: “ Só quero dizer que o pronunciamento da vereadora não procede. A vereadora, presidente da comissão, se manteve a todo momento como advogada da prefeita aqui nessa casa. Em vez dela zelar pela nossa casa, pelos ritos corretos, ela agiu como advogada da prefeita incansavelmente. Eu tenho os áudios. Eu quero ver quantas vezes ela procurou a comissão pra vir aqui se reunir. Nenhuma vez. Nenhuma vez ela se preocupou com isso, sendo a presidente. Todas as vezes foi o vereador: você pode vir aqui na casa, é preciso dar um despacho, é preciso dar andamento, é preciso isso. Ah, hoje eu não posso, eu tô na escola, eu tenho reunião, eu tô em Ribeirão. Hoje eu tô não sei onde. Mas quem pediu pra você, vereador? Se puxar pras nossas funcionárias, quantas vezes ela vem aqui perguntar sobre a comissão, ela que é presidente, como é que tá a comissão, como é que faz, eu tenho que assinar alguma coisa, eu tenho que dar um despacho? Nada, ela não se interessou por nada. Tudo ela queria postergar, ela fez requerimento aqui na comissão, dando dilação de prazo para a prefeita, de prazo que ela perdeu, a prefeita não quis se defender, a vereadora protocolando aqui para dar mais prazo para a prefeita. Então, vereadora, agora é o seguinte, ouvir o denunciante foi o que a senhora falou, o que a senhora acha que o denunciante poderia fazer? O que ele fez? Ele pôs no papel, entregou pra nós, a partir do momento que essa casa acolhe uma denúncia, é responsabilidade nossa. É nossa, não é você investigar as pessoas, porque então o cidadão vai ficar com medo de vir aqui, da senhora repreendê-lo aqui. E outra coisa, como os despachos que tem da comissão, foi precluso, a prefeita podia ter posto, no inicial podia ter posto dez testemunhas, ela pôs três e nem as testemunhas dela ela trouxe. Como que a senhora defende alguém que não quer se defender? Ela teve duas oportunidades de vir aqui se defender e não se defendeu. E outra coisa, a senhora disse que tem um mandado de segurança, por isso que é apressado. A senhora é juíza? Vai ser dado a eliminar? Olha, muito bom, eu gostei”. Usou a palavra o vereador Pedro Lucas assim dizendo: “ Senhor Presidente, senhores vereadores, população em icemense, hoje é um dia muito difícil aqui, um dos dias mais difíceis que a gente enfrenta nesse mandato aqui como vereador. Eu quero começar dizendo e deixando claro que eu tenho grande respeito pela pessoa que está sendo julgada aqui, que é a prefeita, pela história, pela trajetória na educação, pela contribuição que teve com a cidade, porque uma coisa é política e outra coisa é a gente



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

analisar a pessoa em si. Mas eu também preciso dizer e deixar claro aqui que eu não participei do grupo político da prefeita, eu não fiz campanha para ela, não ajudei a eleger, não fui seu companheiro durante a eleição. Mesmo assim, durante esse mandato, eu procurei ajudar. Conversei, apresentei sugestões, fiz indicações e tentei contribuir para que a administração desse certo. Porque eu acredito que quando as coisas andam bem, quando as coisas dão certo, quem é favorecido é a população. Eu tive a demonstração aqui, posso falar para todos vocês, que em primeiro momento, na tentativa até de que coisas mais graves, esse clima político que desestabilizou a cidade pudesse vir a acontecer, nós negamos a primeira comissão processante aqui, porque nós achávamos que era muito prematuro. Nós apoiamos a prefeita naquele momento. Em várias oportunidades, inclusive, eu quero deixar claro aqui que eu tentei alertar a prefeita sobre problemas que estavam acontecendo. Tentei abrir os olhos para situações que poderiam trazer consequências graves como essa. No entanto, faltou escutar melhor Ou melhor, por em prática. Por isso, eu com muita tranquilidade digo aqui a todos vocês, o meu voto não é motivado por perseguição, por vingança ou por disputa política com o grupo da prefeita. Meu voto é baseado nos fatos, é baseado nas provas, é baseado no que a lei determina. A função de nós vereadores aqui não é nem proteger e nem perseguir o governo. A função do vereador é fiscalizar, é agir quando a lei não está sendo respeitada. Infelizmente, nós vimos aqui hoje que faltou o mínimo de consideração e boa vontade da prefeita em querer se manter no cargo. Porque a defesa, onde ela tinha duas horas para explicar para nós, Por que ela, de repente, poderia estar certa? Ela não teve, ela abriu mão, não compareceu. Então, além de ser um desrespeito com nós que estamos aqui fazendo essa análise, é, sobretudo, um desrespeito com a população, que tem o direito de poder analisar as duas versões da história. Eu quero dizer a todos vocês que, na minha percepção pessoal e política, eu acredito que ninguém está acima da lei. Nem eu, nem qualquer um de vocês, e a prefeita também não está. Todos sabem que, além de vereador, eu sou advogado. E, no exercício da advocacia, eu aprendi uma coisa muito importante. Que a gente pode discutir opiniões, Mas a gente não pode ignorar os fatos. E eu preciso trazer aqui, ainda que em liminar, uma decisão judicial. É um juiz, uma pessoa técnica, que detém conhecimentos, uma associação reconhecida, que proferiu uma decisão liminar. É lógico que é prematuro, é uma decisão liminar, que ainda vai correr em juízo, mas a julgamento já traz, com base nos fatos aqui, algumas coisas já apontadas. Então, gente, depois de analisar os documentos, os depoimentos e o relatório apresentado, eu formei a minha convicção de que existem elementos suficientes para reconhecer as infrações apontadas pela comissão, conforme diz o relatório. O relatório falou sobre a contratação irregular do escritório de advocacia, possível fracionamento de despesa, utilização da estrutura pública para promoção pessoal. Eu quero aqui, inclusive, hoje, fazer uma observação. Muitos desses problemas que estão sendo trazidos aqui hoje para essa comissão processante, eles poderiam ter sido evitados. Bastava com que a prefeita observasse o parecer jurídico da procuradoria do município. com que ela pudesse observar e ouvir melhor os servidores efetivos da prefeitura. Que tem um histórico de casa, que conhecem a realidade. Consta que nos autos, eu tive a oportunidade de conferir enquanto estava auxiliando, que a Procuradoria Municipal se manifestou contra a contratação. afirmando que não estavam presentes os requisitos legais



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

para aquele tipo de contratação. Como disse também, não podemos ignorar e o poder judiciário também disse isso. Decisão judicial, gente, não é enfeite. É para ser respeitada e observada. Essa decisão aqui reconhece a infração e eu também. Nós estamos aqui num conjunto de pessoas, cada um com as suas opiniões. Uns podem concordar ou discordar, mas enquanto a decisão estiver valendo, como está no momento, ela precisa ser observada. Da mesma forma, eu quero dizer que eu respeito, porque foram levantadas aqui as alegações de nulidades pela vereadora Renata. São questões sérias, vindas da presidente da comissão, e eu acredito, Renata, que você tem o direito de entrar no Poder Judiciário, assim como a prefeita tem. E da mesma forma, quero falar aqui com a maior clareza, que se vir uma decisão judicial, da minha parte, será respeitada igualmente. Eu quero deixar muito claro isso a todos vocês. Porque, gente, no fim das contas, o recado que eu quero deixar é que a lei vale para todos. O que eu não posso deixar de fazer, infelizmente, é cumprir a minha obrigação como vereador do município. Por causa de questões que ainda, de repente, demandarão uma análise ainda maior. Meu dever hoje é votar com base nas provas que estão produzidas e com base também na minha consciência. Enfim, eu falo hoje, diante de toda essa situação que está acontecendo aqui, com o coração apertado. Não existe alegria em estar acontecendo um momento como hoje aqui na nossa cidade. Não existe. Mas também, Não existe justiça em fingir que nada está acontecendo. Nós andamos, todos nós vereadores, andamos pelas ruas da cidade, conversamos com as pessoas e todos os dias ouvimos muitas reclamações. Todos nós vemos o desânimo de muita gente. Vemos os jovens indo embora em busca de oportunidades. Vemos famílias perdendo a esperança de que as coisas podem melhorar. E isso, como vereador, como titular de um mandato aqui na Câmara, me preocupa muito. Porque nós somos parte da história do município. E Icém é uma cidade de gente trabalhadora, honesta e que, no meu ponto de vista, merece muito mais do que a gente vem enfrentando hoje. Todos nós aqui fomos eleitos não para ficar de braços cruzados. Nós fomos eleitos para fiscalizar, para agir, para tomar decisão, mesmo quando elas são difíceis, dolorosas. Eu sei que o meu voto terá consequências. Tem quem concorde comigo e tem quem discorde de mim. Mas eu quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, que eu voto com a consciência tranquila de que eu estou votando de acordo daquilo que eu considero correto, de que é a lei. Meu compromisso não é com políticos, meu compromisso é com a população de Icém que foi quem me confiou o mandato. Por fim, eu espero que a partir daqui, todos possam cumprir estritamente a lei. Eu não sei qual será o resultado da votação aqui, mas se eventualmente o vice-prefeito vir a assumir, o mesmo peso da lei para a Cidinha será o mesmo peso para o Rogério. Não tem diferença. Eu só tenho hoje para finalizar a pedir a Deus para que ilumine a nossa cidade, todos os envolvidos e permita que Icém volte a crescer, que Icém volte a acreditar no futuro, que Icém tenha esperança de dias melhores. Hoje a nossa cidade está apagada. Esse é o meu voto, Sr. Presidente”. Usou a palavra o vereador Rogério, assim se manifestando: “Sr. Presidente, vereadores, todos aqui presentes, todos que nos assistem, boa noite ou bom dia. Infelizmente, hoje a gente tem uma reunião que já dura mais de oito horas e a gente tem que tomar uma decisão. Eu fui um dos que defendeu a prefeita aqui, nas primeiras votações para a investigação, que ela deveria ter o direito, pelo menos de um ano, para poder mostrar seu trabalho. e dar o direito a ela na



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

experiência, que era seu primeiro ano. Mas, infelizmente, mudamos o ano e continuou os mesmos erros. Tentamos alertar em algumas situações, fizemos algumas reuniões, e hoje chegamos ao extremo, que é votar uma cassação em uma coisa que eu jamais queria que acontecesse. Mas a prefeita não seguiu sequer um parecer dos seus advogados, do jurídico da casa, onde alertou ela a não fazer um contrato desse, que hoje, pela maioria da comissão, julga ilegal. É triste, mas a gente tem que votar. A gente foi eleito para isso. E aqui não tem lado não, não sou do lado da Cidinha, todos sabem, do meu lado político na eleição. Muito menos do Rogério, que é seu vice, que não tenho vínculo nenhum, tenho até algumas diferenças. Mas eu não estou aqui para ver minhas diferenças com ele ou com a Cidinha, ou com o grupo dele. Infelizmente, chegou o momento de tomar uma decisão. Hoje eu vou seguir o parecer da comissão pela sua maioria, eu vou acolher, porque acredito estar fazendo o correto, mesmo não sendo de lado político de quem vai entrar ou quem vai continuar, que eu também não sei quem será beneficiado aqui nessa votação hoje. Aqui acompanhei a contratação, que se julga irregular, da banca Trombini & Trombini, o fracionamento ilegal da meta e a autopromoção política, exaltação de imagem da gestora. Então, Sr. Presidente, vou votar de acordo com a minha consciência. Não é o que eu queria, mas eu tenho que fazer o que eu acho correto. Respeito o trabalho da comissão, o trabalho da vereadora Renata, que fez seu parecer separado, que é o direito dela e o que ela acredita e respeito o parecer do Edgar e da Luzia, o qual eu acompanho nesse momento. Muito Obrigado”. Usou a palavra o vereador Ulisses assim dizendo “Boa noite ou bom dia. Boa noite é quando deitamos, repousamos, recuperamos as nossas energias, que todos levantam, vão trabalhar, mas, infelizmente, nós estamos aqui hoje até esse horário. todo momento pensamos e analisamos A cada oitiva estive presente. Prazer em ver, porque é novidade aqui no nosso município. E que nos traz vários aprendizados, vários momentos de oscilações, pressões. por muitos munícipes, por amigos, por pessoas que nos acompanham diariamente. E, diante do meu conhecimento, pouco que eu tenho, não sou, tenho muito o que aprender, embora esteja aqui há vários anos, mas não fazemos, não faço da minha vida uma vida política. Tenho uma vida onde carrego juntamente com a política e com o bem do nosso município. E tendo conhecimento do regimento interno, aqui no artigo 3, sobre a duração das sessões. As sessões da Câmara terão duração máxima de três horas, podendo ser prorrogadas a requerimento verbal de qualquer vereador pelo plenário. A prorrogação das sessões ordinárias e extraordinárias será automática, sempre que houver necessidade para os projetos constantes da ordem do dia. Demos várias interpretações e vendo o que aconteceu nas comissões, divergências, lados políticos, respeitando cada um a todo momento, pedindo aos amigos que trabalhem da melhor maneira possível, para que não haja ofensa, para que nós possamos continuar trabalhando e respeitando uns aos outros, porque eu acho que esses assuntos passam e nós continuaremos aqui trabalhando, fiscalizando e olhando a cada ato, a cada fato aqui nessa Câmara. Mas também não posso deixar de dizer sobre a minha indignação, não posso compactuar, com o fato da prefeita ser acusada de todos esses assuntos, e ela não vim se defender. Ela teve três oportunidades hoje, seria um dia muito importante e trago a responsabilidade aqui de dar o meu voto, mas não uma defesa, um voto imparcial de respeito a essa casa de leis. Abrimos essas comissões, a CEI, as comissões



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

processantes, Não vou julgar a Cidinha, mas principalmente o seu corpo técnico, jurídico, sobre as orientações que ela deveria, vir sim se defender, deveria sim apresentar aqui a toda a população que, embora seja do lado dela, mas que falta muito para a professora Cidinha conseguir fazer uma administração administrativamente bem, administrativamente que ande para frente, porque falta muito conhecimento para que aconteça. E eu não vou ser o responsável por defendê-la, eu vou ser, sim, um vereador que vou continuar cobrando, como continuei cobrando na audiência pública, acho que é um desinteresse total com o município, e é um desinteresse total com a comissão que analisou dias e dias essas oitivas aqui na Câmara. Ela tem sim a obrigação de vir aqui em respeito, porque nós também fomos eleitos para fiscalizar fomos eleitos para dar regularidade ao nosso trabalho, e eu não serei injusto com essa Casa de Leis, com os atos que estão acontecendo. Não com os fatos, mas com os atos perante a Casa de Lei Legislativa aqui do município. Eu acho inadmissível uma pessoa que paga uma empresa, que tem todo o acompanhamento jurídico, não vir se defender de tantas acusações. E eu não posso levar o nome de defensor da prefeita, porque eu não sou. Embora acredito na sua honestidade, mas não posso ficar defendendo ela. Creio que se o Rogério ou qualquer outro que estiver lá, essa Casa de Leis tem que estar unida para compactuar e se responsabilizar por todos os atos. Vir fazer a sua defesa, vir fazer que a apresentação de todos os fatos e argumentos é de profunda necessidade. E eu não serei o responsável de fazer a defesa dela, ela tem pessoas pagas e muito bem pagas para isso. Obrigado, seu Presidente”. Usou a palavra o presidente da Câmara, vereador Jorge Paulo assim se manifestando: “ Eu quero também aqui deixar a minha posição. É muito rápido. Primeiro, eu quero agradecer o trabalho dos vereadores que participam de todas as comissões. Porque as comissões que estão aqui, hoje nós temos essa CP, que encerra hoje, temos uma CEI da Saúde, que está em andamento, que pedimos anteriormente, na sessão, mais um prazo de 30 dias, Tem mais uma CP que está em andamento, onde eu me considero um presidente atuante, um presidente que segue o regimento, um presidente que teve dez denúncias nessa casa e as dez denúncias a gente passou pelo jurídico, teve denúncia que foi arquivada, teve denúncia que foi votada por vocês. Agora, é muito... Já passou muito tempo. Já passou um ano e meio. Esse, porém, de falar que documentação estava pronta pelo presidente, eu trabalho todos os dias. E todos os dias eu falo com o jurídico, ou falo com os funcionários da Câmara, ou falo com a secretária. Quando eu não venho, eu venho um dia sim, um dia não. Eu acho que vocês veem eu aqui presente. Por telefone, a gente resolve muitas coisas. E eu falei para o meu jurídico da casa, que é o doutor Vinícius, que é uma pessoa muito responsável, que trabalha aqui e leva o nome da casa a sério. O que o vereador Ulisses falou é muito importante. O respeito. A Câmara precisa ser respeitada. E o que nós estamos fazendo aqui hoje. E nessas comissões que tanto arquivou, tanto que está em andamento, tem mais duas denúncias para serem apreciadas na terça-feira. Esse é o nosso papel. Esse é o papel da câmara, de fiscalizar se está certo, se está errado, para depois vir para o plenário o voto. Então, esse lance de falar assim, ó, é um lado A, lado B, não tem. As palavras do Rogério, muito importante, vereador, quando você falou assim, independente de Cidinha ou Rogério, a casa vai continuar trabalhando. E outra, gente, aqui poucas pessoas sabem, mas já vai fazer dois meses que tem a ouvidoria. Qualquer cidadão, a



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

partir da hora que ele faz a denúncia, se está documentado, se está corretamente com os requisitos, quem assume essa denúncia é a Câmara. Então é que a denúncia pode ser anônima. Pessoas que não têm coragem e fazem denúncia contra a gente aqui na Câmara, anônimo lá no Ministério Público. E todos, a gente está respondendo, não corre, todo mundo tem direito a procurar justiça. Mas o respeito com a Câmara de ter a comissão, que chamou três vezes, teve três oportunidades de mostrar defesa, hoje, duas horas para se defender, Olha a hora que é, quase quatro horas da manhã. Vocês aqui presentes, população nos assistindo, que eu estou acompanhando, tem gente nos assistindo, nós aqui desde esse momento, e não vem ninguém. E outra, a gente tem mais. Tem outra comissão que o Ulisses, o vereador Ulisses é presidente, tem outra que eu sou presidente, participo com o vereador Danilo, com a vereadora Luzia, e nós marcamos, nós vamos trabalhar, nós fizemos oitivas, Não humilhamos ninguém, não faltou educação com ninguém, e nós estamos levantando documentos. Então, hoje, esse horário que nós estamos aqui, agora já é bom dia, já são quase cinco horas, não pode passar em branco. Porque só o trabalho das comissões já fizeram muitas pessoas reverem o que é ser chefe de contrato. O que é ser agente de apoio só para ganhar gratificação? Isso está servindo de exemplo. E vocês vão ver que todo o trabalho que as comissões estão fazendo vai mostrar o fruto. Eu estou numa da saúde que nós pedimos 30 dias, o relator Danilo, a vereadora Luzia, a gente vai apresentar o nosso relatório e vai apresentar provas. Eu vi o trabalho da comissão, eu sei que é difícil, Não é todo mundo que pode vir todos os dias. Agora, se tem irregularidades, fácil. Nova Granada está ali. Hoje foi protocolado dois requerimentos pelo vereador Matias. Mesmo sendo questão de ordem, fato que deveria ser durante sessão, acatamos, trouxemos para o plenário. Temos que rever o que está acontecendo. Um ano e meio essa casa aqui não só pode buscar emenda, como já buscamos sete milhões quase, todo mundo junto. O papel nosso é fiscalizar. Ah, mas anos anteriores não teria, nunca teve. Agora tem. Tem, e somos atuantes, trocamos ideias, olha o portal da Transparência. Hoje, todo mundo pode fiscalizar, tanto da Câmara como a Prefeitura, ali fala tudo. Agora, a gente brincar que está tudo bem, não tem como. Eu quero ser bem breve num texto que eu deixei pronto para ler. Esse é um momento de inegável seriedade e responsabilidade histórica para o nosso município. Estamos reunidos hoje para deliberar sobre o futuro político da nossa cidade, com conformidade com o rito estabelecido pelo decreto de lei número 201 de 1967 e demais normas do nosso regimento interno para o julgamento do processo da cassação do mandato da prefeita municipal. Ao longo desse processo, essa casa de leis pautou estritamente pela legalidade e pela Constituição. Foram assegurados ao chefe do Executivo amplo direito de defesa e contraditório, pilares do nosso Estado, pilares do nosso Estado Democrático de Direito. A comissão processante trabalhou de forma diligente, analisando as provas, ouvindo partes, as testemunhas e cumprindo todas as etapas da transparência a rigor. Após a instrução probatória, a comissão concluiu pela procedência da denúncia. Os fatos apurados, infelizmente, revelaram a prática de infrações político-administrativas, que são incompatíveis com a dignidade e o decoro exigido pelo cargo. A conduta da gestora feriu princípios fundamentais da administração pública, sobrepondo interesses particulares ao interesse coletivo que jurou defender. A decisão que impõe a este plenário não é uma escolha política tribal, mas um dever cívico e uma



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

obrigação legal. Não estamos aqui para julgar uma pessoa, mas sim os atos praticados no exercício do mandato. Nossa lealdade deve ser, antes de tudo, ao povo, que nos elegeu e às leis que juramos cumprir. Diante do exposto e com base no relatório, final do membro relator, o meu voto é pela cassação do mandato eletivo da Prefeita Municipal e faço pensando no bem do maior da nossa cidade e da necessidade de restabelecer a plena conformidade e a gestão pública, com princípios de moralidade e legalidade, e que nossa decisão sirva para fortalecer as instituições e a confiança da população, justiça e nesse poder de ativo corporativo da Câmara Municipal. Em seguida o Presidente concedeu um minuto para a Vereadora Renata fazer sua réplica ao vereador Pedro Lucas, por ter sido citada por ele. Ela disse “ Mas eu fui citada pelo vereador Pedro, eu tenho o direito de falar rapidinho. Um minuto. Pois não. Eu quero deixar registrado aqui que quero parabenizar todos os vereadores que exerceram o direito de seu voto e contribuíram com a decisão na democracia, que nem sempre o resultado é aquele que esperamos. mas o respeito e a vontade da maioria, e o princípio fortalece essa casa de leis. Quero também que deixe registrado, na ata, que o processo não foi lido integralmente, foi por lados, partes. Então eu quero que deixe registrado na ata também. Obrigada”. Em seguida disse o Presidente: “Antes de passar para a votação, eu quero deixar registrado, nessa casa, nesse momento, e dizer novamente que a denunciada teria o prazo hoje de duas horas para se apresentar à defesa, ou ela ou um representante legal dela. Não compareceu. No processo administrativo número 03/2026, constam cinco denúncias. Contratação por inexigibilidade de licitação, processo número 03 de 2026, inexigibilidade , número 06/2026. Das dispensas de licitação no exercício de 2025, possível ausência de competitividade. 3. Das contratações sucessivas da empresa metapública. 4- da contratação de consultoria especializada em licitações, BOR serviços.5- do uso da publicidade institucional para fins de promoção pessoal. Assim sendo, em atendimento ao rito procedimental, faremos a votação das denúncias, separadas por item. Então, são cinco itens, são cinco votações por voto nominal, sendo, sim, pelo acolhimento da denúncia e cassação da prefeita, e não pela improcedência da denúncia ou absolvição da prefeita. Vou falar os nomes. Alguém tem alguma dúvida? Não havendo dúvidas, passou-se a votação nominal à 1ª denúncia: Contratação por inexigibilidade de licitação, processo número 03 de 2026, inexigibilidade , número 06/2026. Perguntando individualmente a cada Vereador, qual seria seu voto, oito vereadores votaram Sim pela cassação da Prefeita e a Vereadora Renata Borges de Oliveira votou Não, optando pela absolvição da Prefeita. O mesmo ocorreu com a segunda denúncia: “Das dispensas de licitação no exercício de 2025, possível ausência de competitividade” Perguntado individualmente a cada Vereador, qual seria seu voto, oito vereadores votaram Sim pela cassação da Prefeita e a Vereadora Renata Borges de Oliveira votou Não, optando pela absolvição da Prefeita. Continuando foi a vez da terceira denúncia: Das contratações sucessivas da empresa metapública. Perguntado individualmente a cada Vereador, qual seria seu voto, oito vereadores votaram Sim pela cassação da Prefeita e a Vereadora Renata Borges de Oliveira votou Não, optando pela absolvição da Prefeita. Para a quarta denúncia: da contratação de consultoria especializada em licitações, BOR serviços, aconteceu o mesmo: Perguntado individualmente a cada Vereador, qual seria seu voto, oito vereadores votaram Sim pela cassação da Prefeita



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

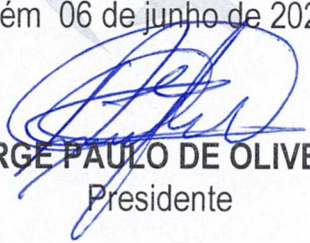
Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

e a Vereadora Renata Borges de Oliveira votou Não, optando pela absolvição da Prefeita. Finalizando deu se início a votação a quinta denúncia: do uso da publicidade institucional para fins de promoção pessoal. Perguntado individualmente a cada Vereador, qual seria seu voto, oito vereadores votaram Sim pela cassação da Prefeita e a Vereadora Renata Borges de Oliveira votou Não, optando pela absolvição da Prefeita. Obteve-se para as cinco denúncias, votadas individualmente, o seguinte resultado: aprovada a cassação de Aparecida Salisso no cargo de Prefeita Municipal por 8X1 (oito votos contra um). Voto contrário da Vereadora Renata Borges de Oliveira. Feito isso, disse o Presidente: “Nos termos da lei vigente, determina a lavratura da ata, a expedição do competente decreto legislativo e a comunicações legais cabíveis. Solicito a leitura do Decreto Legislativo nº 02, de 2026”. O Decreto legislativo nº 02/2026 foi lido pela Secretária da Casa, Srª Luzia Imaculada da Cunha Sant’Anna. Em seguida o presidente leu o ato de convocação do sucessor da Prefeita, o Vice Prefeito Rogério de Souza Borges. A sessão foi suspensa por 10 minutos. Reiniciando os trabalhos e já com a presença do convocado em plenário, este foi convidado a se adentrar ao plenário, apresentar os documentos de desincompatibilização, fazer o juramento e assinar o termo de posse. Isto feito e o Presidente o declarou empossado nos termos da lei. Em seguida foi feita a leitura do termo de posse. Ainda na Tribuna usou a palavra o Prefeito ora empossado, proferindo as seguintes palavras: “Só gostaria de agradecer, primeiro, o empenho e dedicação de vocês, a presença de todos vocês. Eu não vou fazer discurso, Presidente, em respeito ao adiantar da hora, mas farei um vídeo amanhã falando sobre nossas intenções para o nosso município. Agradeço a minha família, aos meus amigos, a todos que acreditaram em mim, na minha trajetória política até hoje, Em nome de Deus, prometo honrar o meu mandato de Prefeito e levar a felicidade ao nosso povo. Muito obrigado. Como último registro, informo que a presente sessão iniciou-se as 19h00 do dia 05/06/26 e encerrou-se as 04h30m do dia 06/06/26 aproximadamente. Não havendo mais nada a ser tratado, a Presidente encerrou a presente sessão e assim o fazendo sob a proteção de Deus. E para constar, eu Renata Borges de Oliveira, 1ª Secretária, mandei lavrar a presente ata que será lida e aprovada se achada conforme.

Icém 06 de junho de 2026.


JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

Votação única em 09/06/26

Aprovado por 8 x 0 (oit)

Rejeitado por 1 x 0 (nulo)


Presidente


RENATA BORGES DE OLIVEIRA
1ª Secretária


LUZIA MARTINS MALHEIRO
2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

ATA 0023/2026 ATA DE RETIFICAÇÃO - 09/06/2026

Aos 09 dias do mês de junho de 2026, às 20h30 na sede da Câmara Municipal de Icém, durante a sua 9ª sessão ordinária, esta foi suspensa por 10 minutos com a finalidade de retificar a ata da 4ª sessão extraordinária realizada em 05 de junho de 2026, nestes termos: Fica retificado na ata original, o texto registrado por equívoco: “Após a leitura do Parecer Jurídico, o Sr. presidente colocou o requerimento e o documento de questão de ordem em votação por uma única vez, sendo rejeitado por 6X2. Votos contrários dos vereadores: Danilo Félix de Miranda, Edgar Júnior da Silva Rosa, Geraldo Sant’Anna Neto, Luzia Martins Malheiro, Pedro Lucas C. Montalvão e Rogério Pereira. Votos favoráveis ao requerimento e documento de questão de ordem dos Vereadores: Renata Borges de Oliveira e Ulisses lochio Aves Kawaguchi”. Passando a prevalecer o seguinte: **“Após a leitura do Parecer Jurídico, o Sr. presidente colocou o requerimento e o documento de questão de ordem em votação por uma única vez, sendo rejeitado por 5X2. Votos contrários dos vereadores: Danilo Félix de Miranda, Edgar Júnior da Silva Rosa, Luzia Martins Malheiro, Pedro Lucas C. Montalvão e Rogério Pereira. Votos favoráveis ao requerimento e documento de questão de ordem dos Vereadores: Renata Borges de Oliveira e Ulisses lochio Aves Kawaguchi. Constou o voto simbólico do Presidente, não contabilizando no resultado da votação”**. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições constantes da ata original. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, se achada conforme.


JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

Votação única em 09/06/26
Aprovado por 8 x 0 *lochio*
Rejeitado por 5 x 2 *votos x 2*

Presidente


RENATA BORGES DE OLIVEIRA
1ª Secretária


LUZIA MARTINS MALHEIRO
2ª Secretária